

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 07-12-95

Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e noventa e cinco, Edifício dos Paços do Concelho e Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Aveiro, reuniu extraordinariamente a mesma Câmara, sob a Presidência do Sr. Presidente, Prof. Celso Augusto Baptista dos Santos, e com a presença dos Vereadores Srs. Engº Vítor José Pedrosa da Silva, Dr. Henrique Teixeira de Barbosa Mendonça, Drª Maria da Luz Nolasco Cardoso, Engº Eduardo Belmiro Torres do Couto, Sr. João Ferreira dos Santos, Tenente-Coronel João Carlos Albuquerque Pinto, Dr. António Manuel Soares Nogueira de Lemos e Eduardo Elisio Silva Peralta Feio.

Pelas 17 horas e 30 minutos foi declarada aberta a presente reunião.

CÂMARA MUNICIPAL - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 1996: - Iniciados os trabalhos, o Sr. Presidente começou por apresentar ao Executivo o projecto do Plano de Actividades para o próximo ano, que havia sido previamente distribuído por todos.

Usou da palavra o Vereador Dr. Nogueira de Lemos para, em nome do PS, mostrar discordância pela metodologia adoptada na apreciação e discussão destes documentos, dado não ter havido outras reuniões preparatórias, sendo agora confrontados apenas com a possibilidade de pedir esclarecimentos e subsequente votação, o que, em sua opinião, não permite o debate. O Sr. Presidente respondeu que, para além de já por diversas vezes ter pedido sugestões para a elaboração destes documentos e de os ter distribuído atempadamente, conforme teor das deliberações tomadas em 9 de Outubro e 10 de Novembro, findos, continua aberto a todas as sugestões e alterações que entendam ser apresentadas e se ache conveniente e ainda possível introduzir.

De imediato, os Vereadores Dr. Nogueira de Lemos e Eduardo Feio apresentaram as questões que a seguir se referem e que, caso a caso, foram sendo esclarecidas pelo Sr. Presidente, com a intervenção de todos os Membros, as quais, nalguns casos, motivaram alterações ao documento inicial: no *Objectivo "Educação"* pediram esclarecimentos sobre as acções "Apoio ao Ensino Especial Integrado", "Educação de Adultos e Extensão Educativa" e "Apoio para Expediente e Bolseiros"; no *Objectivo "Cultura, Desporto, Tempos Livres e Juventude"* levantaram questões ligadas ao início da 2ª fase dos Museus Municipais e subsequente instalação do Museu

da República com o espólio doado pelo Prof. Pedro Vicente, ao modo de gestão do Programa Museológico da Ria, ao andamento do processo ligado à aquisição de equipamentos audiovisuais para o Centro de Congressos, ao montante da verba que está destinada à aquisição do Teatro Aveirense e que é inferior ao ano passado e como decorre o processo de negociação do mesmo, em que consiste o programa para o desenvolvimento associativo, montante do apoio à actividade teatral, inclusão dos Corais no apoio a colectividades musicais, quais os objectivos da 2ª fase do Projecto Raízes, como irá ser feito o apoio ao artesanato, se o II Encontro de Músicas será ou não integrado no programa das Festas da Ria, qual o programa para as Comemorações do Centenário do Cinema, se já está definida localização para o Monumento à FAP, qual o ponto da situação sobre a Pista do Rio Novo do Príncipe e se alguma diligência foi feita no sentido de se vir a tornar um projecto intermunicipal, com que equipamentos vai arrancar a implementação da Zona Desportiva, qual o enquadramento das beneficiações no Estádio Mário Duarte e Piscinas nos protocolos com o Sport Clube Beira-Mar, se o apoio aos agentes desportivos inclui o Programa Olimpo e como vai ser distribuída a verba no apoio a actividades de Associações Juvenis que parece ser diminuta e até desenquadrada de uma política de juventude; no *Objectivo "Acção Social"*, questionaram, em especial, sobre como irá decorrer o apoio à construção do Centro Cultural de Esgueira, qual o estádio da obra de construção do Edifício da Junta de Freguesia de Santa Joana, se na adaptação da Escola do Largo Maia Magalhães irá surgir um Centro de Dia e quem o irá gerir, se é considerada suficiente a verba para o apoio à Universidade da Terceira Idade, que é o único projecto diferenciado nesta área.

*Dado o adiantado da hora, pelas 20h15m foi deliberado, por unanimidade, interromper os trabalhos e marcar a sua continuação para o próximo dia 11, pelas 9h30m.*

*Pelas 9h30m do dia 11, foram reiniciados os trabalhos, com a presença de todos os Membros do Executivo, à excepção do Vereador Sr. Engº Belmiro Couto, cuja falta foi justificada.*

No uso da palavra, os Vereadores Dr. Nogueira de Lemos e Eduardo Feio continuaram a apresentar as seguintes questões: no *Objectivo "Habitação e Urbanização"* e concretamente quanto ao Programa "Planeamento Urbanístico", solicitaram esclarecimentos sobre qual o sistema de informação geográfica a adquirir e quais as cartas a actualizar e digitalizar, o porquê de alguns Planos de Pormenor mencionados no Plano de Actividades do ano findo não estarem incluídos neste Plano, não obstante ainda não estarem finalizados, o andamento do P.P. das Glicínias e a sua compatibilização com um projecto de loteamento já em fase adiantada, se há articulação

dos estudos das cartas industrial e de rede de equipamento de saúde com o PDM, o PU e o PEC; no Programa "Iluminação Pública" se existe uma estratégia de iluminação associada à prevenção à delinquência e quais os objectivos do estudo para a Zona da Beira-Mar; no Programa "Urbanização" como decorrem e em que fase se encontram a execução das infraestruturas das urbanizações de iniciativa da Câmara Municipal e se existem outros locais para urbanizar; no Objectivo "Saneamento e Salubridade", interrogaram se as redes de saneamento previstas são todas as necessárias para que se tire partido de todos os projectos postos a concurso pela AMRIA; no Objectivo "Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público", no Programa "Turismo", perguntaram se existe coordenação intermunicipal e com a Região de Turismo Rota da Luz na realização das Festas da Ria, como irá funcionar a Lancha de turismo Santa Joana e o Posto de Turismo; no Programa "Mercados e Feiras" se há estudos para análise e redução dos impactos de funcionamento do novo Mercado de Santiago e estudos para a reconversão do Mercado Manuel Firmino, o porquê de minuição de verbas destinadas à implantação do novo Parque de Feiras e Exposições e se já há local definido e que estudos fundamentam a iniciativa quanto à implantação do Luna Parque e a criação do Gabinete de Apoio ao Investidor/Observatório Municipal; no Objectivo "Comunicação e Transportes", questionaram no Programa "Rede Viária e Sinalização" o porquê da diminuição de verbas nas pistas cicláveis; no Programa "Transportes" qual a perspectiva estratégica para a Transria e que tipo de embarcações se pretendem adquirir; no Objectivo "Defesa do Meio Ambiente", e no Programa "Jardins", perguntaram em que consiste a iniciativa de reabilitação da Ponte da Rata e se há contactos com a JAE e no Programa "Apoio a Estabelecimentos de Ensino" em que é que consiste este mesmo apoio; no Objectivo "Requalificação Urbana", interrogaram por que não está perspectivado o eixo até à Baixa de Vilar, como é que o programa de urbanismo comercial jogará com as novas zonas de expansão da Cidade e qual a política municipal de licenciamento, o que se irá passar relativamente à Zona Histórica de Eixo e a que se refere a implementação ou elaboração do Plano de Salvaguarda de Esgueira - 1ª fase.

Seguiu-se uma breve troca de impressões, em que o Sr. Presidente mais uma vez prestou os esclarecimentos que lhe foram sendo solicitados e em que referiu que os documentos ora em apreço foram elaborados segundo os objectivos estratégicos que se referem na respectiva Introdução e de acordo com os meios financeiros disponíveis.

Passou-se, de imediato, à votação do Plano de Actividades e do Orçamento para 1996, tendo os mesmos merecido aprovação, por maioria, com os votos contra dos Vereadores Dr. Nogueira de Lemos e Eduardo Feio, que apresentaram a seguinte declaração de voto: "O plano de actividades deve ser um instrumento de administração, de compromisso político e de controlo social. Este é o conceito que defendemos para o principal instrumento de gestão da Câmara. Por isso mesmo o Plano de Actividades não

pode limitar-se a apontar os projectos que impliquem despesas por investimentos, transferências de capital ou activos financeiros. O Plano deve também traduzir as intenções de actuação do município ao nível de projectos, mesmo sem tradução orçamental directa. A nosso ver o modelo de Plano deve ser reinventado e transformar-se num verdadeiro instrumento de gestão e de compromisso político com os Aveirenses que permita enfrentar de forma consequente os novos desafios com que Aveiro se depara. Temos vindo a defender desde a nossa eleição, e já no nosso programa eleitoral o fizemos, a inovação dos modelos e metodologias de actuação autárquica. O sentido de voto nos planos anteriores traduziu sempre essa nossa postura por uma Câmara pro-activa que se questione constantemente e que crie novos instrumentos e métodos de actuação. O Plano de Actividades e Orçamento para 1996 que nos é apresentado contém em nosso atender algumas melhorias relativamente aos planos dos anos anteriores (1994 e 1995), Essas melhorias porém, centram-se em questões essencialmente formais e de pormenor, contrariamente as grandes apostas que pensamos essenciais para a afirmação de Aveiro continuam a não estar inscritas nos documentos agora apresentados e que gostávamos de ver como objectivos deste Plano de Actividades, concretamente: - a Reorganização dos Serviços Municipais que continua a não existir para além do plano das intenções, não sendo inscrita nenhuma acção nessa área o consideramos necessariamente preocupante; - a Inovação e a Inserção Regional e Nacional e Internacional, pois hoje não se pode perspectivar o desenvolvimento do concelho e da região sem uma estratégia perfeitamente definida nesta área. Aveiro para se afirmar tem de potenciar um conjunto de vantagens competitivas e construir vantagens colaborativas na rede do sistema urbano nacional, o que passa por se assumir em Plano de Actividades um Objectivo específico nesta área, capaz de promover novas estruturas e acções inovadores que permitam integrar e potenciar iniciativas dispersas; - Qualificação e Valorização Urbana pois pensamos que uma autarquia que gere um concelho como o de Aveiro, sujeito a grandes pressões urbanísticas que implicam modificações nas estruturas tradicionais de ocupação do território e conflitos ao nível do ambiente urbano, não pode limitar a sua política à simples existência de um objectivo de requalificação urbana no plano de actividades. Para nós é importante que possamos perspectivar de uma forma integrada todos os problemas que se vivem no nosso espaço urbano e periurbano, desde a qualificação de núcleos urbanos nas freguesias rurais até à valorização de espaços urbanos consolidados no centro da cidade. Não basta requalificar é preciso qualificar e valorizar. Pensamos assim que o Plano de Actividades da Câmara Municipal de Aveiro deveria assentar em 5 áreas estratégicas de actuação municipal (que incluam programas, projectos e acções que trespassam todos os objectivos) com vista a que Aveiro se afirme no contexto regional e nacional, como um concelho de grande qualidade. Assim: **1. A Reorganização dos Serviços Municipais;** **2. A Participação/Implicação dos Aveirenses no processo de desenvolvimento do**

Concelho; 3. A melhoria da qualidade de vida e a aposta na cultura; 4. Infra-estruturas e acessibilidades; 5. Inovação e Inserção Regional, Nacional e Internacional. São estas as áreas que consideramos estratégicas e fundamentais para o desenvolvimento de Aveiro. Perante as diferenças substanciais entre o quadro de referencia que comporta as nossas propostas e a estratégia perceptível no plano de actividades que nos é proposto, vemo-nos obrigados a votar contra. Ao votarmos assim não estamos a por em causa muitos dos projectos e acções do plano que consideramos de importância municipal. Fazemo-lo porque estamos convictos que esta atitude traduz as nossas diferenças de projecto para o concelho e contribui para que todos tomemos consciência de que os desafios com que hoje nos confrontamos exigem respostas ousadas que passam por um processo de dialogo e concertação capaz de mobilizar os diferentes agentes e parceiros sociais do concelho." *7. Municipal*

Os Vereadores Srs. João dos Santos e Tenente-Coronel Albuquerque Pinto apresentaram, também, a seguinte declaração de voto: "O Plano de Actividades e Orçamento para 1996, apresentado pelo Executivo (permanente) Camarário, merece-nos os seguintes comentários, a título de declaração de voto: a) são dois documentos elaborados pela maioria CDS/PP, que é como todos sabemos, quem tem a responsabilidade de administrar a Autarquia; b) reconhecemos que os referidos documentos traduzem as suas opções e a sua política, que tanto quanto nos tem sido possível interpretar, são opções grandemente condicionadas pelas disponibilidades orçamentais; c) numa Autarquia onde apesar de tudo as carências são grandes em relação aos recursos disponíveis, as necessidades que têm à sua frente proporcionam um vasto e variado leque de opções e quem tem a responsabilidade da gestão autárquica, e dia a dia se confronta com ela, pode com maior clareza escolher as opções; d) por outro lado, as pequenas propostas que os Vereadores do PSD se permitiram fazer, de correcção em uma ou outra "acção", foram consideradas no Plano do Executivo CDS/PP; e) sendo óbvio que este nunca seria um Plano de Actividades de uma maioria PSD, consideramos que esta sendo a proposta do Plano de Actividades e Orçamento da maioria, e não contendo qualquer "objectivo" ou "programa" que colida de forma gritante com a nossa perspectiva, bem como o que atrás se refere, aprovamos os documentos apresentados, fazendo fervorosos votos para que seja cumprido, por quem tem a função e obrigação de o executar."

**SERVICOS MUNICIPALIZADOS DE AVEIRO - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, ORÇAMENTO FINANCEIRO E DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DE RESULTADOS:** - De seguida, no uso da palavra, o Vereador Sr. Eng<sup>o</sup> Vítor Silva fez a apresentação dos documentos em epigrafe, prestou os esclarecimentos tidos por convenientes e respondeu a algumas

questões que lhe foram colocadas, após o que os documentos em apreço, postos à votação, mereceram aprovação, por unanimidade.

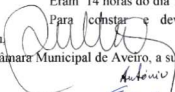
Os Vereadores Dr. Nogueira de Lemos e Eduardo Feio apresentaram a seguinte declaração de voto: "A primeira análise da documentação apresentada pelos SMA levantou-nos sérias dúvidas quanto às inscrições das verbas que constituem a alegada dívida à EDP. Suscitada, porém, a discussão, as explicações dadas criaram-nos a convicção da sua correcta inscrição. A outra questão que se nos levanta é a falta de mais ambição na instalação do saneamento básico no Concelho, aproveitando dois factores que se conjugam: a existência de fundos comunitários e a capacidade de endividamento. Pensamos que, pela conjugação destes dois factores, se poderia ir mais longe. Esta, porém, é uma problemática que já mereceu a nossa intervenção na discussão do Plano de Actividades da Câmara e sobre o qual expressámos o nosso voto, por considerarmos ser nessa discussão e votação que estas questões, essencialmente políticas, devem ter lugar. Por isso, votamos favoravelmente os documentos apresentados."

**APROVAÇÃO EM MINUTA:** - Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do que dispõe o n.º 4, do Art.º 85.º, do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março.

A presente acta foi distribuída por todos os Membros da Câmara Municipal, e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura, conforme determina o n.º 4, do Decreto-Lei n.º 45362, de 21 de Novembro de 1963.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião.

Eram 14 horas do dia 11.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que eu,  , Directora dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Aveiro, a subsecrevo.